

# MARX PELOS MARXISTAS

TEXTOS

Friedrich Engels  
Vladímir Ilitch Lênin  
David Riazánov  
Clara Zetkin  
Eleanor Marx  
Marian Comyn  
Paul Lafargue  
Wilhelm Liebknecht  
Friedrich Lessner  
Henry Hyndman  
Franziska Kugelmann  
Karl Kautsky  
Luise Kautsky

ORGANIZAÇÃO

André Albert



© Boitempo, 2019

*Direção editorial* Ivana Jinkings  
*Organização e edição* André Albert  
*Assistência editorial* Carolina Mercês e Andréa Bruno  
*Tradução* Claudio Cardinali, Edições Avante!, Guilherme Habit Santos Curi, Luiz Felipe Osório, Paula Vaz de Almeida, Pedro Davoglio, Régis Mikail Abud Filho, Renata Dias Mundt (conforme indicado em cada texto)  
*Preparação* Thais Rimkus  
*Revisão* Silvia Balderama Nara  
*Coordenação de produção* Livia Campos  
*Capa* Maikon Nery  
*Diagramação* Antonio Kehl

*Equipe de apoio:* Ana Carolina Meira, Artur Renzo, Bibiana Leme, Clarissa Bongiovanni, Débora Rodrigues, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Heleni Andrade, Higor Alves, Isabella Marcatti, Ivam Oliveira, Joanes Sales, Kim Doria, Luciana Capelli, Marina Valeriano, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Raí Alves, Talita Lima, Tulio Candiott

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

M355

Marx pelos marxistas / Friedrich Engels... [et. al] ; organização André Albert.  
- 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2019.

ISBN 978-85-7559-702-6

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Filosofia marxista. 3. Comunistas - Alemanha - Biografia. I. Engels, Friedrich. II. Albert, André.

19-56817

CDD: 920.933543

CDU: 929:330.85

---

Vanessa Mafra Xavier Salgado - Bibliotecária - CRB-7/6644

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: junho de 2019

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br

www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo

www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo

# Sumário

<b>Apresentação – João Quartim de Moraes .....</b>	<b>7</b>
<b>Parte I – Retratos .....</b>	<b>15</b>
Esboço do discurso a ser lido diante do túmulo de Karl Marx (1883) – <i>Friedrich Engels</i> .....	19
O sepultamento de Karl Marx (1883) – <i>Friedrich Engels</i> .....	21
Sobre a morte de Karl Marx (1883) – <i>Friedrich Engels</i> .....	27
Em homenagem a Karl Marx: um esboço biográfico e lembranças (excertos, 1896) – <i>Wilhelm Liebknecht</i> .....	37
Recordações pessoais sobre Karl Marx (1890) – <i>Paul Lafargue</i> .....	73
Lembranças de um trabalhador sobre Karl Marx: em homenagem aos dez anos de sua morte, em 14 de março (1893) – <i>Friedrich Lessner</i> .....	89
Um breve percurso pela grande personalidade de Karl Marx – <i>Franziska Kugelmann</i> .....	101
Karl Marx: folhas avulsas (1895) – <i>Eleanor Marx</i> .....	127
Minhas lembranças de Karl Marx (1922) – <i>Marian Comyn</i> .....	135
Karl Marx (1911) – <i>Henry Hyndman</i> .....	147
Algumas horas com Karl Marx (1933) – <i>Karl Kautsky</i> .....	165
<b>Parte II – Panoramas .....</b>	<b>173</b>
Karl Marx (1877) – <i>Friedrich Engels</i> .....	177
Marx, Heinrich Karl (1892) – <i>Friedrich Engels</i> .....	189
Karl Marx e a obra de sua vida! (1913) – <i>Clara Zetkin</i> .....	197
A personalidade de Karl Marx (s.d.) – <i>Luise Kautsky</i> .....	241
Karl Marx (breve esboço biográfico e uma exposição do marxismo) (1914) – <i>Vladimir Ilitch Lênin</i> .....	251
Marx e Engels: palestras proferidas nos cursos sobre marxismo da Academia Socialista (excertos, 1923) – <i>David Riazánov</i> .....	285
Karl Marx: conferência radiofônica (1933) – <i>Karl Kautsky</i> .....	317
<b>Relação de obras de Karl Marx editadas em português.....</b>	<b>327</b>
<b>Títulos de jornais e revistas em língua alemã traduzidos nos textos .....</b>	<b>328</b>
<b>Índice onomástico .....</b>	<b>329</b>
<b>Sobre os autores.....</b>	<b>334</b>

## Nota da edição

Se hoje não faltam a Marx – esta enorme figura do século XIX ocidental – biografias e estudos que primam pelo detalhamento, pela precisão e pela perspicácia, *Marx pelos marxistas* aparece como reunião de traduções de documentos históricos e como homenagem. No entanto, é, também, uma tentativa de afirmar a possibilidade da memória como gesto político. Dois séculos após o nascimento do Mouro, a necessidade de estudá-lo, compreendê-lo e celebrá-lo mostra-se tão viva quanto nunca. Acessá-lo por meio daqueles que mais se empenharam nesse sentido é um dever e, felizmente, um prazer.

Neste volume, sempre que possível, foram preservados aspectos dos originais como destaques, grafias de nomes próprios e notas. As chamadas de notas dos próprios autores estão assinaladas com asterisco; as de tradução ou da edição brasileira, numeradas e identificadas. Nas notas de rodapé, simplificamos as referências dos textos e cartas de Marx e Engels reproduzidos nos volumes da Marx-Engels Gesamtausgabe – MEGA (Berlim, Gruyter) – e da Marx-Engels Werke – MEW (Berlim, Dietz).

Este volume não teria sido possível sem a colaboração de muitas pessoas. Agradeço especialmente: a Michael Heinrich e Luiz Bernardo Pericás pelas indicações e pelo auxílio com dúvidas; às edições Avante! pela cessão da tradução do texto de Vladímir Ilitch Lênin; a João Quartim de Moraes e Virgínia Fontes pelos generosos textos; a José Muniz Júnior, pelo apoio de sempre, sempre; a Ivana Jinkings, pela oportunidade e pela confiança; e a todos os profissionais que colaboraram, dentro e fora da Boitempo, para a construção do livro. Entre eles, cito Carolina Mercês, leitora atenta que, na reta final, encontrou nos textos tudo o que o organizador não conseguia mais ver, e Bibiana Leme, guardiã da coleção Marx-Engels da Boitempo, por quem tenho a maior estima como colega e amiga; sem nossas trocas cotidianas, este livro não existiria.

*André Albert*

# Karl Marx (breve esboço biográfico e uma exposição do marxismo) (1914)<sup>1</sup>

Vladímir Ilitch Lênin

*Marx, Karl* nasceu em 5 de maio de 1818, em Trier (Prússia renana). Seu pai era advogado, judeu convertido ao protestantismo em 1824. A família era próspera e culta, mas não revolucionária. Após ter terminado os estudos no liceu de Trier, Marx entrou na universidade, inicialmente na de Bonn, depois na de Berlim, onde estudou direito e, sobretudo, história e filosofia. Terminou o curso em 1841, tendo apresentado uma tese de doutoramento sobre a filosofia de Epicuro<sup>2</sup>. Por suas concepções de então, Marx era ainda um idealista hegeliano. Em Berlim, aderiu ao círculo dos “hegelianos de esquerda” (Bruno Bauer e outros), que procuravam tirar da filosofia de Hegel conclusões ateístas e revolucionárias<sup>3</sup>.

Ao sair da universidade, Marx se mudou para Bonn e, na época, o plano era se tornar professor. Contudo, a política reacionária de um governo que, em 1832,

---

<sup>1</sup> Este texto foi escrito em russo entre julho e novembro de 1914, durante o exílio de Lênin em Porónin (na atual Polónia) e, depois, em Berna, Suíça, com o título “Карл Маркс (Краткий биографический очерк с изложением марксизма)”/ “Karl Marks (Krátkiy biografichieskii ótcherk s izlojeniem marksizma)”. Destinado à publicação no *Энциклопедический Словарь Гранат/Entsiklopedí-tchieskii Slovar Granat* [Dicionário Enciclopédico Granat], 7. ed., v. 28, 1915, teve trechos censurados e foi assinado sob o pseudônimo V. Ílin. A versão sem censura foi publicada pela primeira vez em 1925, na coletânea *Маркс, Энгельс, марксизм/ Marks, Engels, marksism*. Essa versão, coligida em Vladímir Ilitch Lênin, *Сочинения/Sotchinénia*, v. 26 (Moscou, Izdatelstvo Politítcheskoi Literatúry, 1969), p. 43-93, serviu de texto-base para a tradução para o português do coletivo das Edições Avante!, publicada pela primeira vez em *Obras escolhidas em três volumes* (Lisboa/Moscou, Avante!/Progresso, 1977), v. 1, p. 3-27. Para este volume, a tradução foi cotejada com o russo e adaptada para o português brasileiro por Paula Vaz de Almeida. (N. E.)

<sup>2</sup> Intitulada *Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*. (N. E.)

<sup>3</sup> Outro nome atribuído ao grupo dos jovens hegelianos; a esse respeito, ver, neste volume, p. 202-6. (N. E.)

tirara de Ludwig Feuerbach a cadeira de professor, recusando-lhe o reingresso à universidade em 1836, e que, em 1841, proibira o jovem professor Bruno Bauer de fazer conferências em Bonn obrigou Marx a renunciar à carreira universitária. Nessa época, o desenvolvimento das ideias do hegelianismo de esquerda progredia depressa na Alemanha. A partir, sobretudo, de 1836, Ludwig Feuerbach passa a criticar a teologia e a se orientar para o materialismo, ao qual adere por completo em 1841 (*A essência do cristianismo*)<sup>4</sup>; em 1843, aparecem seus *Princípios da filosofia do futuro*<sup>5</sup>. “É preciso [...] ter vivido o efeito libertador” desses livros, escreveu mais tarde Engels, a propósito dessas obras de Feuerbach. “Nós” (ou seja, os hegelianos de esquerda, incluindo Marx) “momentaneamente fomos todos feuerbachianos”<sup>6</sup>. A essa altura, os burgueses radicais da Renânia, que tinham certos pontos de contato com os hegelianos de esquerda, fundaram em Colônia um jornal de oposição: a *Gazeta Renana* (iniciada em 1º de janeiro de 1842). Marx e Bruno Bauer foram seus principais colaboradores e, em outubro de 1842, Marx tornou-se redator-chefe, mudando-se, então, de Bonn para Colônia. Sob a direção de Marx, a tendência democrática revolucionária do jornal tornou-se cada vez mais evidente, e o governo começou a submetê-lo a dupla ou tripla censura, decidindo por seu fechamento em 1º de janeiro de 1843. Nesse momento, Marx teve de abrir mão do posto de redator, mas sua saída, de todo modo, não salvou o jornal, que foi fechado em março de 1843. Entre os artigos mais importantes que Marx publicou na *Gazeta Renana*, além dos que indicamos adiante (ver *Bibliografia*)<sup>7</sup>, Engels cita um sobre a situação dos vinhateiros do vale do Mosela<sup>8</sup>. O trabalho no jornal revelou a Marx que lhe faltavam conhecimentos suficientes sobre economia política; assim, com diligência, ele se lançou aos estudos.

Em 1843, Marx casou-se em Kreuznach<sup>9</sup> com Jenny von Westphalen, amiga de infância, de quem ficara noivo quando estudante. Sua esposa pertencia a uma família nobre e reacionária da Prússia. O irmão mais velho de Jenny von Westphalen foi ministro do Interior na Prússia de 1850 a 1858, uma das épocas mais

<sup>4</sup> Ed. bras.: trad. José da Silva Brandão, Petrópolis, Vozes, 2007. (N. E.)

<sup>5</sup> Ed. port.: trad. Artur Morão, Lisboa, Edições 70, 2002. (N. E.)

<sup>6</sup> Friedrich Engels, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas em três tomos*, v. 3 (trad. José Barata-Moura, Lisboa/Moscou, Avante!/Progresso, 1982), p. 378-421. (N. E.)

<sup>7</sup> A lista de obras composta por Lênin para o artigo não foi incluída na presente edição. (N. E.)

<sup>8</sup> Trata-se do artigo “Rechtfertigung des Korrespondenten von der Mosel” [Justificação do correspondente do Mosela], *Rheinische Zeitung*, Colônia, 15 jan. 1843; ver MEW, v. 1, p. 188-90. (N. E.)

<sup>9</sup> Atual Bad Kreuznach. (N. E.)

reacionárias. No outono de 1843, Marx foi a Paris para editar no exterior uma revista radical em colaboração com Arnold Ruge (1802-1880; hegeliano de esquerda, esteve preso de 1825 a 1830; foi exilado após 1848; e foi partidário de Bismarck depois de 1866-1870). Foi publicado apenas o primeiro número dessa revista, intitulada *Anais Franco-Alemães*. Ela foi interrompida em razão de dificuldades com sua difusão clandestina na Alemanha e de divergências com Ruge. Em seus artigos para essa revista, Marx já desponta como revolucionário que proclama “a crítica inescrupulosa da realidade dada” e, em particular, “a crítica da arma”, apelando para as *massas* e o *proletariado*<sup>10</sup>.

Em setembro de 1844, Friedrich Engels esteve alguns dias em Paris, tornando-se, desde então, amigo íntimo de Marx. Juntos, eles participaram calorosamente da agitada vida dos grupos revolucionários da Paris de então (ganhava especial importância na época a doutrina de Proudhon, que Marx submeteu a firme crítica em sua obra *Miséria da filosofia*, de 1847) e elaboraram, numa árdua luta contra as diferentes doutrinas do socialismo pequeno-burguês, a teoria e a tática do *socialismo proletário* revolucionário, ou comunismo (marxismo). Ver as obras de Marx dessa época, 1844-1848, em *Bibliografia*. Em 1845, a pedido do governo prussiano, Marx foi expulso de Paris como revolucionário perigoso. Mudou-se, então, para Bruxelas. Na primavera de 1847, Marx e Engels se filiaram a uma sociedade secreta de propaganda, a Liga dos Comunistas, tiveram papel de destaque no II Congresso dessa liga (em novembro de 1847, em Londres) e, por sua incumbência, redigiram o célebre *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em fevereiro de 1848. Essa obra expõe, com clareza e esplendor geniais, uma nova concepção de mundo, um materialismo consequente aplicado também ao domínio da vida social, a dialética como doutrina mais detalhada e profunda do desenvolvimento, a teoria da luta de classes e do papel revolucionário histórico universal do proletariado, criador de uma sociedade nova: a sociedade comunista.

Quando eclodiu a Revolução de Fevereiro de 1848, Marx foi expulso da Bélgica. Retornou a Paris e, de lá, depois da Revolução de Março, à Alemanha, especificamente a Colônia. Ali apareceu, de 1º de junho de 1848 a 19 de maio de 1849, a *Nova Gazeta Renana*, de que Marx foi redator-chefe. A nova teoria foi brilhantemente confirmada pelo curso dos acontecimentos revolucionários de

<sup>10</sup> Ver carta de Karl Marx a Arnold Ruge de setembro de 1843, em Karl Marx, *Sobre a questão judaica* (trad. Nélcio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2017), p. 71; e Karl Marx, “Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução”, em *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (trad. Leonardo de Deus, São Paulo, Boitempo, 2013), p. 157. (N. E.)

1848-1849, bem como por todos os movimentos proletários e democráticos ao redor do mundo<sup>11</sup>. A contrarrevolução vitoriosa levou Marx ao tribunal (ele foi absolvido em 9 de fevereiro de 1849) e depois expulsou-o da Alemanha (em 16 de maio de 1849). Marx dirigiu-se primeiro a Paris, sendo expulso também de lá após a manifestação de 13 de junho de 1849<sup>12</sup>; na sequência, partiu para Londres, onde viveu até seus últimos dias.

As condições de vida como emigrante eram extremamente penosas, como revela com particular vivacidade a correspondência entre Marx e Engels (editada em 1913). A miséria acertara em cheio Marx e sua família; sem o apoio financeiro constante e dedicado de Engels, Marx não só não teria terminado *O capital* como, ainda, teria fatalmente perecido sob a opressão da pobreza. Além disso, as doutrinas e as correntes predominantes do socialismo pequeno-burguês, do socialismo não proletário em geral, obrigavam Marx a sustentar uma luta implacável, incessante, e, às vezes, a defender-se dos ataques pessoais mais furiosos e mais absurdos (*Herr Vogt*)<sup>13</sup>. À margem dos círculos de emigrados, Marx desenvolveu, numa série de trabalhos históricos (ver *Bibliografia*), sua teoria materialista, dedicando-se, sobretudo, ao estudo da economia política. Ele revolucionou essa ciência (ver a seguir o tópico a respeito da *doutrina* de Marx) em suas obras *Contribuição para a crítica da economia política* (1859) e *O capital* (Livro I, 1867).

A época da reanimação dos movimentos democráticos, no fim dos anos [18]50 e nos anos [18]60, convocou Marx novamente às atividades práticas. Em 1864 (28 de setembro), foi fundada em Londres a célebre Primeira Internacional, a Associação Internacional dos Trabalhadores. Marx foi a alma dessa sociedade, sendo autor da primeira “Mensagem”<sup>14</sup> e de uma profusão de resoluções, declarações e manifestos. Unindo o movimento operário de diversos países, procurando orientar numa via comum as atividades de diferentes formas do socialismo não proletário, pré-marxista (Mazzini, Proudhon, Bakúnin, o *trade-unionismo* liberal inglês, as oscilações dos lassallianos para a direita na Alemanha etc.), combatendo

<sup>11</sup> Note-se que Wilhelm Liebknecht faz um diagnóstico bastante distinto da relação da teoria marxiana com o decurso dos acontecimentos em 1848-1849; ver, neste volume, p. 43-4. (N. E.)

<sup>12</sup> Marx detalha os acontecimentos dessa data em “O dia 13 de junho de 1849”; ver Karl Marx, *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* (trad. Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2012), p. 67-104. Embora fosse crítico às posições da Montanha, que representava principalmente a pequena burguesia republicana francesa, Marx também sofreu as consequências da derrota desta para os aliados de Luís Bonaparte. (N. E.)

<sup>13</sup> Em alemão, no original; em português, *Senhor Vogt*. (N. E.)

<sup>14</sup> Trata-se do *Manifesto Constituinte da Associação Internacional dos Trabalhadores*. (N. E.)



as teorias de todas essas seitas e escolas, Marx foi forjando uma tática única para a luta proletária da classe operária nos diversos países. Na esteira da queda da Comuna de Paris (1871) – a qual Marx analisou (em *A guerra civil na França*, de 1871) de maneira tão profunda, justa, brilhante, *efetivamente* revolucionária – e depois da cisão provocada na Internacional pelos bakuninistas, sua existência na Europa tornou-se impossível. Depois do Congresso de 1872 em Haia, Marx conseguiu a transferência do Conselho Geral da Internacional para Nova York. A Primeira Internacional havia cumprido sua missão histórica, dando lugar a uma época de crescimento infinitamente maior do movimento operário em todos os países do mundo, caracterizada justamente pelo crescimento de sua *amplitude*, pela formação de partidos socialistas operários de *massas* na base de diversos Estados nacionais.

O trabalho intenso na Internacional e os estudos teóricos ainda mais intensos abalaram definitivamente a saúde de Marx. Ele prosseguiu com sua elaboração da economia política e com a finalização de *O capital*, reunindo muitos materiais novos e estudando várias línguas (russo, por exemplo), mas a doença o impedia de finalizar *O capital*.

No dia 2 de dezembro de 1881, morreu sua esposa. Em 14 de março de 1883, Marx adormecia pacificamente, em sua poltrona, para o último sono. Foi enterrado junto da esposa no cemitério de Highgate, em Londres. Vários filhos de Marx morreram muito novos, em Londres, quando a família atravessava grande miséria. Três filhas se casaram com socialistas ingleses e franceses: Eleanor Aveling, Laura Lafargue e Jenny Longuet; um dos filhos desta última é membro do partido socialista francês<sup>15</sup>.

## A doutrina de Marx

O *marxismo* é o sistema das ideias e da doutrina de Marx. Marx foi o continuador e, de maneira genial, deu acabamento às três principais correntes ideológicas do século XIX, nos três países mais avançados da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês, em ligação com as doutrinas revolucionárias francesas em geral. Reconhecidas até pelos próprios

<sup>15</sup> Trata-se de Jean Longuet (1876-1938), um dos principais líderes da Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) à época em que Lênin escreveu o texto. Anos mais tarde, em 1920, Longuet defendeu uma posição intermediária na disputa que levou o partido à cisão entre socialistas e comunistas e foi, por isso, rechaçado pela liderança soviética. (N. E.)

adversários, a notável consequência e a integralidade de suas ideias, que no conjunto constituem o materialismo moderno e o socialismo científico moderno como teoria e programa do movimento operário de todos os países civilizados, nos levam a fazer, antes da exposição do conteúdo essencial do marxismo – a saber: a doutrina econômica de Marx –, um breve resumo de sua concepção geral de mundo.

## O materialismo filosófico

Desde 1844-1845, quando se formaram suas ideias, Marx foi materialista e, em particular, partidário de L.[udwig] Feuerbach, vendo mais tarde como uma das únicas facetas débeis deste a falta de consistência e de universalidade de seu materialismo. Marx enxergava a importância histórica mundial de Feuerbach, que “fez época” precisamente em sua ruptura decisiva com o idealismo de Hegel e em sua afirmação do materialismo que, já desde o “Iluminismo francês do século XVIII e, concretamente, o *materialismo francês*, não foram apenas uma luta contra as instituições políticas existentes e contra a religião e a teologia imperantes, mas também e na mesma medida uma luta *aberta e marcada* contra a *metafísica*” (tomada no sentido de “especulação embriagada” por oposição a uma “filosofia sóbria”) (*A sagrada família*\*, no *Literarischer Nachlass*)<sup>16</sup>. “Para Hegel”, escreveu Marx, “o processo do pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo” (o criador, inventor) “do processo efetivo [...]. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais que material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (*O capital*, Livro I, posfácio da segunda edição)<sup>17</sup>. Em completo acordo com a filosofia materialista de Marx, F.[riedrich] Engels, em *Anti-Dühring* (vf.) – Marx conheceu essa obra em manuscrito –, escreveu:

A unidade do mundo não consiste em seu ser [...]. A unidade real do mundo consiste em sua materialidade, e esta foi comprovada [...] por meio de um longo e demorado desenvolvimento da filosofia e das ciências da natureza [...]. *O movimento é o modo de existir da matéria*. Jamais e em lugar algum houve nem pode haver matéria sem mo-

\* Ver K.[arl] Marx e F.[riedrich] Engels, *A sagrada família*, cap. 6 [ed. bras.: *A sagrada família, ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*, trad. e org. Marcelo Backes, ed. rev., São Paulo, Boitempo, 2011, p. 143-4 – N. E.].

<sup>16</sup> Referência à compilação organizada por Franz Mehring *Aus dem literarischen Nachlass von Karl Marx, Friedrich Engels und Ferdinand Lassalle* (Stuttgart, Dietz, 1902), que reunia, em quatro volumes, escritos desses autores. (N. E.)

<sup>17</sup> Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013), p. 90. (N. E.)

vimento [...]. A matéria sem movimento é tão impensável quanto o movimento sem matéria [...]. Porém, prosseguindo e perguntando o que são o pensamento e a consciência, e de onde eles vêm, descobre-se que são produtos do cérebro humano e que o próprio ser humano é um produto da natureza que se desenvolveu em seu entorno e com ele; sendo assim, é óbvio que as produções do cérebro humano, que em última instância também são produtos da natureza, não contradizem o restante do contexto natural, mas correspondem a ele. [...]

Hegel era idealista, isto é, as ideias em sua mente não equivaliam, para ele, a retratos (*Abbilder*; às vezes, Engels fala de “reproduções”) mais ou menos abstratos das coisas e dos processos reais, mas, em vez disso, as coisas e seu desenvolvimento eram apenas retratos realizados da “ideia” que já existia em algum lugar antes do mundo.<sup>18</sup>

Na obra *Ludwig Feuerbach*<sup>19</sup>, em que expõe os pontos de vista seu e de Marx sobre a filosofia de Feuerbach e o qual só mandou imprimir depois de ter lido uma vez mais o velho manuscrito, seu e de Marx, dos anos 1844 e 1845, sobre Hegel, Feuerbach e a concepção materialista da história, Engels escreve:

A grande questão fundamental de toda a filosofia, especialmente da filosofia moderna, é a da relação entre o pensamento e o ser, entre o espírito e a natureza [...]. Que é primeiro: o espírito ou a natureza? [...] Conforme respondiam de uma maneira ou de outra a essa questão, os filósofos dividiam-se em dois grandes campos. Aqueles que afirmavam que o espírito é primeiro em relação à natureza e que, por conseguinte, admitiam, em última instância, uma criação do mundo de qualquer espécie [...] constituíam o campo do idealismo.

Os outros, que consideravam a natureza o elemento primordial, pertenciam às diversas escolas do materialismo.<sup>20</sup>

Qualquer outra aplicação dos conceitos (filosóficos) de idealismo e de materialismo leva a confusão. Marx rejeitou categoricamente não apenas o idealismo, sempre ligado, de uma maneira ou de outra, à religião, mas também os pontos de vista, particularmente difundidos em nossos dias, de Hume e de Kant, o agnosticismo, o criticismo, o positivismo em diferentes aspectos, considerando esse gênero de filosofia uma concessão “reacionária” ao idealismo e, no melhor

<sup>18</sup> Friedrich Engels, *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring* (trad. Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2015), p. 53. (N. E.)

<sup>19</sup> Referência a *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. (N. E.)

<sup>20</sup> Friedrich Engels, em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas em três tomos*, v. 3, cit. (N. E.)

dos casos, “uma maneira envergonhada de aceitar o materialismo às escondidas e renegá-lo publicamente”\*. Ver sobre essa questão, além das já citadas obras de Marx e Engels, a carta de Marx a Engels, datada de 12 de dezembro de 1868, na qual, falando de uma intervenção do célebre naturalista T.[homas] Huxley, que se mostrou “mais materialista” que de costume e reconheceu que, “enquanto observarmos e pensarmos, nunca poderemos sair do materialismo”, Marx o critica por ter “aberto uma brecha” para o agnosticismo e a teoria de Hume<sup>21</sup>. É importante, sobretudo, notar a visão de Marx sobre as relações entre a liberdade e a necessidade: “A necessidade só é cega enquanto não é compreendida. A liberdade é ter noção da necessidade” (F.[riedrich] Engels, *Anti-Dühring*)<sup>22</sup> = o reconhecimento das leis objetivas da natureza e da transformação dialética da necessidade em liberdade (da mesma maneira que a transformação da “coisa em si” não conhecida, mas cognoscível, em “coisa para nós”, da “essência das coisas” em “aparecimentos/fenômenos”). O defeito fundamental do “velho” materialismo, incluindo o de Feuerbach (e, com razão mais forte, o do materialismo “vulgar” de Buchner-Vogt-Moleschott)<sup>23</sup>, era, para Marx e Engels: 1) que esse materialismo era “essencialmente mecanicista” e não levava em conta os progressos mais recentes da química e da biologia (e em nossos dias seria preciso, ainda, acrescentar: teoria elétrica da matéria); 2) que o velho materialismo não tinha caráter histórico nem dialético (era metafísico, no sentido de antidialético) e não acompanhou o desenvolvimento de forma consequente de diversos pontos de vista; 3) que concebia a “essência humana” como abstração e não como “conjunto de todas as relações sociais” (determinadas concreta e historicamente) e, por isso, apenas “explicava” o mundo, quando era necessário “transformá-lo”, ou seja, não compreendia a importância da “atividade revolucionária prática”.

\* Friedrich Engels, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*.

<sup>21</sup> O naturalista inglês Thomas Huxley (1825-1895), defensor do evolucionismo e do darwinismo, dera, em 8 de novembro de 1868, uma palestra em Edimburgo, Escócia, sobre “As bases físicas da vida”. A exposição teve enorme repercussão e originou a publicação “On the Physical Basis of Life”, *Fortnightly Review*, fev. 1869. (N. E.)

<sup>22</sup> Na passagem de *Anti-Dühring* a que Lênin remete, Engels defende a concepção hegeliana de liberdade. No entanto, o líder bolchevique inverte a ordem das frases e não indica que uma delas é, na realidade, citação de *Enciclopédia das ciências filosóficas*, de Hegel: “Hegel foi o primeiro a expor corretamente a relação entre liberdade e necessidade. Para ele, liberdade é ter noção da necessidade. ‘Cega a necessidade só é enquanto não é conceituada’”; ver Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, cit., p. 145. (N. E.)

<sup>23</sup> Além de Karl Vogt, desafeto de Marx, Ludwig Buchner (1824-1899) e Jacob Moleschott (1822-1899) tiveram grande influência no debate público alemão com suas posições materialistas não dialéticas. (N. E.)

## A dialética

Marx e Engels consideravam a dialética de Hegel a doutrina do desenvolvimento mais abrangente, mais rica de conteúdo e mais profunda, a maior aquisição da filosofia clássica alemã. Qualquer outro enunciado do princípio do desenvolvimento, da evolução, consideravam unilateral, pobre de conteúdo, consideravam que mutilava e deturpava o curso efetivo do desenvolvimento (o qual não raro ocorre por meio de saltos, catástrofes, revoluções) na natureza e na sociedade. “Marx e eu fomos praticamente os únicos a tomar da filosofia idealista alemã a dialética consciente e a salvaguardar” (do descalabro do idealismo, incluindo o hegelianismo) “na concepção materialista da natureza [...]. A natureza é a prova da dialética, e temos de afirmar a respeito da moderna ciência da natureza que ela forneceu para essa prova um material extremamente abundante” (e isso foi escrito antes da descoberta do rádio, dos elétrons, da transformação dos elementos etc!), “a cada dia mais volumoso, comprovando, desse modo, que, na natureza, as coisas se passam dialética, não metafisicamente”<sup>24</sup>.

A grande ideia fundamental, escreve Engels,

segundo a qual o mundo não deve ser considerado um conjunto de coisas acabadas, e sim um conjunto de processos em que as coisas, aparentemente estáveis, bem como seus reflexos mentais em nosso cérebro, os conceitos, passam por uma série ininterrupta de transformações, assim surgem, assim se extinguem; essa grande ideia fundamental penetrou, desde os tempos de Hegel, tão profundamente na consciência comum que dificilmente alguém se poria a contestá-la em sua forma geral. Reconhecê-la, porém, por meio de palavras e aplicá-la na realidade concreta, em cada campo de pesquisa, são duas coisas diferentes. [...] Nada há de definitivo, de absoluto, de sagrado para a filosofia dialética. Ela mostra a caducidade de todas as coisas e para ela nada mais existe senão o processo ininterrupto do surgir e do perecer, da ascensão sem fim do inferior para o superior, de que ela própria não é senão o simples reflexo no cérebro pensante.<sup>25</sup>

Portanto, para Marx, a dialética é “a ciência das leis gerais do movimento tanto do mundo exterior como do pensamento humano”<sup>26</sup>.\*

Foi esse aspecto revolucionário da filosofia de Hegel que Marx assimilou e desenvolveu. O materialismo dialético “não necessita mais de nenhuma filosofia

<sup>24</sup> Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, cit., p. 37 e 51. (N. E.)

<sup>25</sup> Idem, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, cit. (N. E.)

\* F[riedrich] Engels, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*.

posicionada acima das demais ciências”. A única coisa que resta da filosofia anterior é “a teoria do pensamento e de suas leis – a lógica formal e a dialética”<sup>26</sup>. E a dialética, na concepção de Marx e também segundo Hegel, encerra o que hoje se chama de teoria do conhecimento, ou epistemologia, que deve considerar seu objeto também historicamente, estudando e generalizando a origem e o desenvolvimento do conhecimento, a passagem do *não* conhecimento ao conhecimento.

Atualmente a ideia de desenvolvimento, de evolução, penetrou quase por completo na consciência social, mas por uma via que não a da filosofia de Hegel. No entanto, essa ideia, tal como a formularam Marx e Engels, apoiando-se em Hegel, é muito mais abrangente e rica em termos de conteúdo que a ideia corrente de evolução. Um desenvolvimento que parece repetir etapas já percorridas, mas que as repete de outra forma, numa base mais elevada (“a negação da negação”); um desenvolvimento, por assim dizer, em espiral, não em linha reta; um desenvolvimento em saltos, catástrofes, revoluções; “soluções de continuidade”; a transformação da quantidade em qualidade; impulsos internos do desenvolvimento, provocados pela contradição, pelo embate das diferentes forças e tendências que agem sobre determinado corpo, nos marcos de determinado fenômeno ou no interior de determinada sociedade; interdependência e ligação estreita, indissolúvel, de *todos* os aspectos de cada fenômeno (com a particularidade de que a história faz constantemente aparecerem aspectos cada vez mais novos), uma ligação que mostra um processo único universal do movimento, regido por leis; esses são alguns traços da dialética como doutrina do desenvolvimento mais substancial (que de costume). (Ver a carta de Marx a Engels, de 8 de janeiro de 1868, em que ele ridiculariza as “tricotomias rígidas” de Stein, que seria absurdo confundir com a dialética materialista.)<sup>27</sup>

## A concepção materialista da história

Dando-se conta do caráter inconsequente, incompleto e unilateral do velho materialismo, Marx foi levado à convicção de que era preciso “conformar a ciência da sociedade na base materialista e reconstruir essa ciência apoiando-se nessa base”. Se o materialismo, em geral, explica a consciência como resultado do ser, não o contrário, ele exige, quando aplicado à vida social da humanidade, que se explique a consciência *social* por meio do ser *social*. Diz Marx (*O capital*, Livro I): “A tecnologia desvela a atitude ativa do homem em relação à natureza, o processo

<sup>26</sup> Idem, *Anti-Dühring*, cit., p. 52. (N. E.)

<sup>27</sup> Carta de Karl Marx a Friedrich Engels de 8 de janeiro de 1868, em MEW, v. 32, p. 9. (N. E.)

imediatamente de produção de sua vida e, com isso, também de suas condições sociais de vida e das concepções espirituais que delas decorrem”\*. Uma formulação completa das teses fundamentais do materialismo aplicado à sociedade humana e a sua história é dada por Marx no prefácio à obra *Contribuição à crítica da economia política*, nos seguintes termos:

Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; relações de produção que correspondem a determinado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.

O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência. Em certo estágio de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou – o que é apenas uma expressão jurídica – com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas que eram, essas relações tornam-se seus entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação da base econômica revoluciona, mais ou menos rapidamente, toda a enorme superestrutura. Ao estudar tais revoluções, é preciso distinguir sempre entre as transformações materiais ocorridas nas condições econômicas de produção – que podem ser verificadas com o rigor próprio das ciências naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens tomam consciência desse conflito e lutam por resolvê-lo.

Assim como não se pode julgar um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, também não se pode julgar uma época de revoluções pela consciência que ela tem de si mesma. Ao contrário, é preciso explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção [...]. Em linhas gerais, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser designados como outras tantas épocas de progresso na formação econômica da sociedade\*\*. (Ver a fórmula sucinta que Marx dá em sua carta a Engels

\* K.[arl] Marx, *O capital*, Livro I, capítulo XIII [ed. bras.: p. 446].

\*\* Karl Marx, *Contribuição à crítica da economia política* (1859) [ed. bras.: trad. Florestan Fernandes, São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 47].

datada de 7 de julho de 1866: “Nossa teoria da organização do trabalho determinada pelos meios de produção.”)<sup>28</sup>

A descoberta da concepção materialista da história ou, mais exatamente, a extensão consequente, a aplicação do materialismo ao domínio dos fenômenos sociais, eliminou os dois defeitos essenciais das teorias da história anteriores. Em primeiro lugar, consideravam, no melhor dos casos, apenas os motivos ideológicos da atividade histórica humana, sem investigar a origem desses motivos, sem apreender a objetividade das leis que regem o sistema de desenvolvimento das relações sociais, sem descobrir as raízes dessas relações no grau de desenvolvimento da produção material; em segundo lugar, as teorias anteriores não abarcavam precisamente a ação das *massas* da população, enquanto o materialismo histórico permite, pela primeira vez, estudar com a precisão das ciências naturais as condições sociais da vida das massas e as modificações dessas condições. A “sociologia” e a historiografia anteriores a Marx, no *melhor* dos casos, acumularam fatos em bruto, recolhidos de maneira fragmentária, e expuseram alguns aspectos do processo histórico. O marxismo abriu caminho ao estudo universal e completo do processo de nascimento, desenvolvimento e declínio das formações econômico-sociais, examinando o *conjunto* das tendências contraditórias, ligando-as às condições de existência e de produção, exatamente determináveis, das diversas *classes* da sociedade, afastando o subjetivismo e o arbítrio na seleção das diversas ideias “dominantes” ou em sua interpretação, revelando as *raízes* de todas as ideias e todas as diferentes tendências, sem exceção, no estado das forças produtivas materiais. São os seres humanos que criam sua própria história, mas: que causas determinam os motivos dos seres e, mais precisamente, das massas humanas; o que gera conflitos de ideias e aspirações contraditórias; qual é o conjunto desses conflitos nas massas das sociedades humanas; quais são as condições objetivas da produção da vida material que fornecem as bases de toda a atividade histórica da humanidade; qual é a lei do desenvolvimento dessas condições? Marx dedicou atenção a tudo isso e traçou o caminho para o estudo científico da história concebida como processo único regido por leis, em toda sua vasta multiplicidade e suas contradições.

---

<sup>28</sup> Ver carta de Karl Marx a Friedrich Engels de 7 de julho de 1866, em MEW, v. 31, p. 234. Na correspondência original, Marx enfatiza as expressões “organização” e “determinada pelos meios de produção”. (N. E.)



## A luta de classes

Que as aspirações de um membro de dada sociedade contrariam as de outro, que a vida social está cheia de contradições, que a história nos mostra a luta entre os povos e as sociedades, bem como em seu interior, que, além disso, há uma sucessão de períodos de revolução e de reação, de paz e de guerra, de estagnação e de progresso rápido ou de decadência, tudo isso são fatos notórios. O marxismo deu o fio condutor que permite descobrir leis nesse labirinto e nesse caos aparentes, a saber: a teoria da luta de classes. Só o estudo do conjunto das aspirações de todos os membros de uma sociedade ou de um grupo de sociedades é capaz de definir com precisão científica o resultado de tais aspirações. Ora, a fonte das aspirações contraditórias é a diferença de situação e de condições de vida das *classes* em que se divide cada sociedade. “A história de todas as sociedades até hoje existentes”, escreve Marx no *Manifesto Comunista* (exceto a história da comunidade primitiva, acrescentaria Engels mais tarde), “é a história das lutas de classes”<sup>29</sup>.

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido uma guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre por uma transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição das duas classes em conflito. [...]

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado.

Entretanto, nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado.<sup>30</sup>

Após a grande Revolução Francesa, a história da Europa revelava em uma série de países, com particular clareza, o que de verdade havia por trás dos acontecimentos, a luta de classes. A época da Restauração na França já apresenta um grupo de historiadores (Thierry, Guizot, Mignet, Thiers) que, ao sintetizar os acontecimentos, não puderam deixar de reconhecer a luta de classes como uma chave para a

<sup>29</sup> Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto Comunista* (trad. Álvaro Pina, São Paulo, Boitempo, 1998), p. 40. Ver, na mesma página, nota 2, escrita por Friedrich Engels para a edição inglesa de 1888, na qual ele relata sua perspectiva a respeito das “comunidades primitivas”, desenvolvida com base na obra de Morgan. (N. E.)

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 40-1. (N. E.)

compreensão de toda a história francesa. E a época contemporânea, a época da vitória completa da burguesia, das instituições representativas, do amplo direito ao voto (quando não universal), da imprensa diária barata, que chega às massas etc., a época de associações operárias e patronais poderosas e cada vez mais amplas etc., mostra, com ainda mais evidência (embora, muitas vezes, sob uma forma unilateral, “pacífica”, “constitucional”), a luta de classes como motor dos acontecimentos. A seguinte passagem do *Manifesto Comunista* de Marx nos mostra quais são as exigências da análise objetiva da situação de cada classe na sociedade moderna, em sua relação com a análise das condições do desenvolvimento de cada classe, que ele apresentou como ciência social:

De todas as classes que hoje se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico.

As camadas médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como camadas médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da história. Quando se tornam revolucionárias, isso se dá em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem, então, seus interesses atuais, mas seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista em favor daquele do proletariado.<sup>31</sup>

Em numerosas obras históricas (ver *Bibliografia*), Marx deu exemplos brilhantes e profundos de historiografia materialista, de análise da situação de *cada* classe particular e, às vezes, de diversos grupos ou camadas no seio de uma classe, mostrando claramente por que e como “toda luta de classes é uma luta política”<sup>32</sup>. A passagem que acabamos de citar ilustra claramente como é complexa a rede das relações sociais e dos graus *transitórios* de uma classe para outra, do passado para o futuro, que Marx analisa para determinar a resultante do desenvolvimento histórico.

A teoria de Marx encontra sua confirmação e sua aplicação mais profunda, mais completa e detalhada em sua doutrina econômica.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 49. (N. E.)

<sup>32</sup> Ibidem, p. 48. (N. E.)

## A doutrina econômica de Marx

“A finalidade última desta obra”, diz Marx no prefácio a *O capital*, “é desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna”<sup>33</sup>, ou seja, da sociedade capitalista, da sociedade burguesa. O estudo das relações de produção de uma sociedade concreta e historicamente determinada, em seu nascimento, seu desenvolvimento e seu declínio, é esse o conteúdo da doutrina econômica de Marx. O que domina na sociedade capitalista é a produção de *mercadorias*; e a análise de Marx começa pela análise da mercadoria.

### O valor

A mercadoria é, em primeiro lugar, uma coisa que satisfaz dada necessidade humana; em segundo lugar, é uma coisa que se pode trocar por outra coisa. A utilidade de uma coisa faz dela um *valor de uso*. O valor de troca (ou simplesmente valor) é, antes de tudo, a relação, a proporção na troca de certo número de valores de uso de uma espécie contra certo número de valores de uso de outra espécie. A experiência cotidiana nos mostra que milhares e bilhares de trocas desse tipo comparam continuamente todo e qualquer valor de uso, mesmo os mais diversos e incomparáveis. O que essas coisas diferentes, tornadas constantemente equivalentes em determinado sistema de relações sociais, têm em comum? O que elas têm em comum é serem *produtos do trabalho*. Na troca de produtos, criam-se relações de equivalência entre os mais diferentes gêneros de trabalho. A produção das mercadorias é um sistema de relações sociais em que os produtores, individualmente, criam produtos variados (divisão social do trabalho) e em que todos esses produtos se equiparam uns aos outros na troca. Consequentemente, o que todas as mercadorias têm em comum não é o trabalho concreto de um ramo de produção determinado, não é o trabalho de um tipo, mas o trabalho humano *abstrato*, o trabalho humano em geral. Toda força de trabalho em dada sociedade, representada pela soma dos valores de todas as mercadorias, constitui uma mesma força de trabalho humano: bilhares de atos de troca provam isso. E, como consequência, cada mercadoria isolada representa apenas certa parte do tempo de trabalho *socialmente necessário*. A grandeza do valor é determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessário ou pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria, de determinado valor de uso. “Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles

<sup>33</sup> Karl Marx, “Prefácio à primeira edição”, em *O capital*, Livro I, cit., p. 79. (N. E.)

equiparam seus diversos trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem.”<sup>34</sup> O valor é uma relação entre duas pessoas, disse um velho economista; ele deveria apenas acrescentar: uma relação encoberta pelo invólucro da coisa. É só a partir do ponto de vista do sistema de relações sociais de produção de determinada formação histórica, e demais relações que se manifestam em massa, bilhares de vezes repetidas no fenômeno da troca, que é possível entender o que é o valor. “Como valores, todas as mercadorias são apenas quantidades determinadas de tempo de trabalho cristalizado.”<sup>35</sup> Depois de uma análise detalhada do duplo caráter do trabalho incorporado nas mercadorias, Marx passa à análise da *forma do valor* e do *dinheiro*. A principal tarefa que ele se atribui é investigar a *origem* da forma-dinheiro do valor, estudar o *processo histórico* do desenvolvimento da troca, começando pelos atos de troca particulares e fortuitos (“forma simples, individual ou ocasional do valor”: uma quantidade determinada de mercadoria é trocada por uma quantidade determinada de outra mercadoria)<sup>36</sup>, para passar à forma universal do valor, quando várias mercadorias diferentes são trocadas por uma mesma mercadoria determinada, e para a forma-dinheiro do valor, quando o ouro se torna essa mercadoria determinada, o equivalente universal. Produto supremo do desenvolvimento da troca e da produção de mercadorias, o dinheiro encobre e dissimula o caráter social dos trabalhos parciais, a ligação social entre diversos produtores unidos uns aos outros pelo mercado. Marx submete a uma análise minuciosa as diversas funções do dinheiro, e é especialmente importante notar que também aqui (como, em geral, nos primeiros capítulos de *O capital*) a forma abstrata de exposição que, por vezes, parece puramente dedutiva reproduz, na realidade, uma documentação imensamente rica sobre a história do desenvolvimento da troca e da produção de mercadorias.

[...] se consideramos o dinheiro, vemos que ele pressupõe um estágio definido da troca de mercadorias. As formas específicas do dinheiro, seja como mero equivalente de mercadorias, seja como meio de circulação, seja como meio de pagamento, tesouro ou dinheiro mundial, remetem, de acordo com a extensão e a preponderância relativa de uma ou outra função, a estágios muito distintos do processo social de produção. (*O capital*, Livro I)<sup>37</sup>

<sup>34</sup> Idem, *O capital*, Livro I, cit., p. 149. (N. E.)

<sup>35</sup> Idem, *Contribuição à crítica da economia política*, cit., p. 64. (N. E.)

<sup>36</sup> Idem, *O capital*, Livro I, cit., p. 125 e seg. (N. E.)

<sup>37</sup> Ibidem, p. 244-5. (N. E.)

## O mais-valor

Em certo grau do desenvolvimento da produção de mercadorias, o dinheiro transforma-se em capital. A fórmula da circulação de mercadorias era:  $M$  (mercadoria) –  $D$  (dinheiro) –  $M$  (mercadoria), ou seja, a venda de uma mercadoria para a compra de outra. A fórmula geral do capital, ao contrário, é:  $D$  –  $M$  –  $D$ , ou seja, compra para a venda (com lucro). Marx chama de “mais-valor” esse acréscimo do valor primitivo do dinheiro posto em circulação. Esse fato do “acrécimo” de dinheiro na circulação capitalista é notório. E é justamente esse “acrécimo” que transforma o dinheiro em *capital*, como uma relação social de produção particular e historicamente determinada. O mais-valor não pode provir da circulação das mercadorias, porque esta só conhece a troca de equivalentes, nem pode provir de um aumento dos preços, pois as perdas e os lucros recíprocos dos compradores e dos vendedores se equilibrariam; trata-se de um fenômeno social médio, generalizado, não de um fenômeno individual. Para obter o mais-valor, o “possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir no mercado [...] uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor”<sup>38</sup>, uma mercadoria cujo processo de consumo fosse ao mesmo tempo um processo de criação de valor. Tal mercadoria existe: é a força de trabalho humana. Seu uso é o trabalho, e o trabalho cria valor. O possuidor de dinheiro compra a força de trabalho por seu valor, que, como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção (ou seja, pelo custo da manutenção do operário e de sua família). Ao comprar a força de trabalho, o possuidor do dinheiro fica com o direito de consumi-la, ou seja, de obrigá-la a trabalhar durante um dia inteiro, digamos, durante doze horas. Em seis horas (tempo de trabalho “necessário”), porém, o operário cria um produto que cobre as despesas de sua manutenção e, durante as outras seis horas (tempo de trabalho “suplementar”), cria um “mais-produto” não retribuído pelo capitalista, que constitui o mais-valor. Consequentemente, do ponto de vista do processo de produção, é necessário distinguir duas partes do capital: o capital constante, investido nos meios de produção (máquinas, instrumentos de trabalho, matérias-primas etc.) – e seu valor passa sem modificação (de uma só vez ou por partes) para o produto acabado –, e o capital variável, que é investido para pagar a força de trabalho. O valor desse capital não se conserva invariável; em vez disso, aumenta no processo do trabalho, criando mais-valor. Por isso, para exprimir o grau

<sup>38</sup> Ibidem, p. 242. (N. E.)

de exploração da força de trabalho pelo capital, temos de comparar o mais-valor não com o capital total, mas unicamente com o capital variável. A taxa de mais-valor, nome dado por Marx a essa relação, seria, em nosso exemplo, de 6/6, ou seja, 100%.

A condição histórica para o surgimento do capital reside, em primeiro lugar, na acumulação de certa soma de dinheiro nas mãos de certas pessoas num estágio de desenvolvimento da produção de mercadorias em geral já relativamente elevado e, em segundo lugar, na existência de operários “livres” sob dois aspectos – livres de quaisquer entraves ou restrições para vender sua força de trabalho e livres por não terem terras nem meios de produção em geral –, operários sem qualquer propriedade, operários-“proletários” que não podem subsistir senão vendendo sua força de trabalho.

O aumento do mais-valor é possível graças a dois processos fundamentais: o prolongamento da jornada de trabalho (“mais-valor absoluto”) e a redução do tempo de trabalho necessário (“mais-valor relativo”). Marx, analisando o primeiro processo, traça um quadro grandioso tanto da luta da classe operária pela redução da jornada de trabalho quanto da intervenção do poder de Estado, primeiro para prolongá-la (séculos XIV a XVII) e depois para diminuí-la (legislação fabril do século XIX). Após a publicação de *O capital*, a história do movimento operário, em todos os países civilizados do mundo, forneceu milhares e milhares de novos fatos que ilustram esse quadro.

Em sua análise da produção do mais-valor relativo, Marx estuda as três etapas históricas fundamentais no processo de intensificação da produtividade do trabalho pelo capitalismo: 1) a cooperação simples; 2) a divisão do trabalho e a manufatura; 3) as máquinas e a grande indústria. A profundidade com que a análise de Marx revela os traços fundamentais e típicos do desenvolvimento do capitalismo aparece, entre outras coisas, no fato de o estudo da chamada indústria “artesanal” russa fornecer materiais abundantes para ilustrar as duas primeiras das três etapas referidas. Quanto à ação revolucionária da grande indústria mecanizada, descrita por Marx em 1867, ela se manifestou, durante o meio século decorrido desde então, em vários países “novos” (Rússia, Japão, entre outros).

Prossigamos. O que há de novo e extremamente importante em Marx é a análise da *acumulação do capital*, ou seja, da transformação de parte do mais-valor em capital e de seu emprego não para satisfazer as necessidades pessoais ou os caprichos do capitalista, mas para voltar a produzir. Marx assinalou o erro de toda a econo-

mia política clássica anterior (começando em Adam Smith), segundo a qual todo o mais-valor que se converte em capital passava a fazer parte do capital variável. Na realidade, ela se decompõe em *meios de produção* e capital variável. É enorme o significado, para o processo de desenvolvimento do capitalismo e sua transformação em socialismo, do crescimento mais acelerado das cotas de capital constante (no montante do capital) em comparação com a cota de capital variável.

A acumulação do capital, ao acelerar a substituição dos operários pelas máquinas e criar a riqueza em um polo e a pobreza no outro, gera o assim chamado “exército de reserva do trabalho”, o “excedente relativo” de operários ou “a superpopulação capitalista”, que se reveste de formas extremamente variadas e dá ao capital a possibilidade de ampliar com grande rapidez a produção. Essa possibilidade, combinada com o crédito e a acumulação de capital nos meios de produção, dá-nos, entre outras coisas, uma chave para a compreensão das *crises* de superprodução que aparecem nos países capitalistas em média a cada dez anos, a princípio, e depois com intervalos menos próximos e menos fixos. Deve-se distinguir da acumulação do capital, sob o capitalismo, a chamada “acumulação primitiva”: a separação violenta do trabalhador dos meios de produção, a expulsão do camponês de suas terras, o roubo das terras comunais, o domínio do sistema colonial e do sistema das dívidas públicas, as tarifas alfandegárias protecionistas etc. A “acumulação primitiva” cria, num polo, o proletário “livre” e, no outro, o detentor do dinheiro, o capitalista.

Marx caracteriza a “*tendência histórica da acumulação capitalista*” nas seguintes palavras notáveis:

A expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis. A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente (do camponês e do artesão), com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre [...]. Quem será expropriado, agora, não é o trabalhador que trabalha para si próprio, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores.

Essa expropriação se consuma por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista liquida muitos outros. Paralelamente a essa centralização, ou à expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolvem-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala

cada vez maior, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, a economia de todos os meios de produção a seu uso como meios de produção de um trabalho social e combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Com a diminuição constante do número dos magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, a degeneração, a exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que se desenvolveu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. (*O capital*, Livro I)<sup>39</sup>

Outro ponto extraordinariamente importante e novo é a análise feita por Marx, no Livro II de *O capital*, da reprodução do capital social total. Também aqui, Marx considera não um fenômeno individual, mas de massas, não uma fração da economia social, mas toda essa economia. Corrigindo o referido erro dos economistas clássicos, Marx divide toda a produção social em duas grandes seções: 1) produção dos meios de produção e 2) produção de artigos de consumo; e examina detalhadamente, com o apoio de dados numéricos, a circulação do capital social total, tanto na reprodução em suas formas anteriores quanto na acumulação. No Livro III de *O capital*, resolve-se, de acordo com a lei do valor, o problema da formação da *taxa média de lucro*. O enorme passo dado na ciência econômica por Marx reside na análise, a partir do ponto de vista dos fenômenos econômicos de massas, de todo o conjunto da economia social, não a partir de casos isolados ou das manifestações superficiais da concorrência, aos quais em geral se limita a economia política vulgar ou a moderna “teoria da utilidade marginal”<sup>40</sup>. A princípio, Marx analisa a origem do mais-valor e, em seguida, passa a sua decomposição em lucro, juros e renda da terra. O lucro é a relação entre o mais-valor e o capital total investido numa empresa. O capital de “elevada composição orgânica”

<sup>39</sup> Ibidem, p. 831-2. (N. E.)

<sup>40</sup> Formulada na mesma época e em paralelo à teoria do valor-trabalho, a lei da utilidade marginal restringe-se ao estudo da utilidade e da disponibilidade das mercadorias na compreensão de seu valor. (N. E.)



(ou seja, em que o capital constante ultrapassa o capital variável em proporções superiores à média social) dá uma taxa de lucro inferior à média. O capital de “baixa composição orgânica” dá uma taxa de lucro superior à média. A concorrência entre os capitais, sua livre passagem de um ramo para outro, reduz, em ambos os casos, a taxa de lucro à taxa média. A soma dos valores de todas as mercadorias em dada sociedade coincide com a soma dos preços das mercadorias, mas, em cada empresa e em cada ramo da produção, as mercadorias, sob influência da concorrência, são vendidas não por seu valor, mas pelo *preço de produção* (ou pelos preços da produção), que é igual ao capital investido mais o lucro médio.

Assim, a diferença entre o preço e o valor e a equalização do lucro, fatos incontestáveis e conhecidos de todos, são perfeitamente explicadas por Marx com base na lei do valor, porque a soma dos valores de todas as mercadorias coincide com a soma de seus preços. No entanto, a redução do valor (social) aos preços (individuais) não ocorre de forma simples nem imediata; ela segue uma via muito complexa: é totalmente natural que, numa sociedade de produtores de mercadorias dispersos, ligados uns aos outros apenas pelo mercado, as leis que regem essa sociedade não se manifestem de outro modo que não pela regularidade da sociedade, das massas, na compensação recíproca dos desvios individuais de uma ou outra parte.

O aumento da produtividade do trabalho significa um crescimento mais rápido do capital constante em relação ao capital variável. E, uma vez que o mais-valor tem a função apenas do capital variável, compreende-se que a taxa de lucro (a relação entre o mais-valor e todo o capital, não apenas entre o mais-valor e a parte variável do capital) tenda a baixar. Marx analisa minuciosamente essa tendência, assim como as diversas circunstâncias que a ocultam ou a contrariam. Sem nos determos na exposição dos interessantíssimos capítulos do Livro III consagrados ao capital usurário, ao capital comercial e ao capital monetário<sup>41</sup>, passemos ao essencial: a teoria da *renda da terra*. Em virtude das limitações da área de terra, toda ocupada por proprietários individuais nos países capitalistas, o preço dos produtos agrícolas é determinado pelos custos da produção não dos solos medianos, mas dos piores solos, não pelas médias, mas pelas piores condições de distribuição do produto no mercado. A diferença entre esse preço e o preço de produção nos melhores terrenos (ou em melhores condições) constitui a renda *diferencial*. Ao analisá-la detalhadamente, demonstrando sua origem na diferença da fertilidade

<sup>41</sup> Também traduzido como “capital-dinheiro”. (N. E.)

dos lotes individuais de terra e na diferença do montante de capital investido na terra, Marx evidencia por completo (ver igualmente *Teorias do mais-valor*, em que a crítica a Rodbertus merece atenção particular) o erro de Ricardo quando este afirma que a renda diferencial só é obtida pela conversão gradual das melhores terras em terras ruins. Ao contrário, transformações inversas também ocorrem: terrenos de uma categoria transformam-se em terrenos de outra categoria (em virtude do progresso da técnica agrícola, do crescimento das cidades, entre outros fatores), e a famosa “lei da fertilidade decrescente do solo” é um profundo erro que atribui à natureza os defeitos, as limitações e as contradições do capitalismo. Além disso, a equalização do lucro, em todos os ramos da indústria e da economia nacional em geral, supõe uma liberdade completa de concorrência, a liberdade de transferir o capital de um ramo para outro. A propriedade privada da terra, no entanto, cria um monopólio que é um obstáculo a essa livre transferência. Em razão desse monopólio, os produtos de uma agricultura que se distingue por uma baixa composição orgânica do capital e que, por conseguinte, dá uma taxa de lucro individual mais elevada não entram no livre jogo de equalização da taxa de lucro: o proprietário agrícola, que detém o monopólio da terra, pode manter o preço acima da média; esse preço de monopólio dá origem à renda *absoluta*. A renda diferencial não pode ser extinta no capitalismo, já a renda absoluta *pode*, por exemplo, com a nacionalização da terra em sua transição à propriedade do Estado. Essa transição da terra para o Estado significaria a supressão do monopólio dos proprietários agrícolas, bem como uma liberdade de concorrência mais sólida e mais completa na agricultura. É por isso que os burgueses radicais, destaca Marx, repetidas vezes na história formularam a reivindicação burguesa progressista da nacionalização da terra, a qual, contudo, apavora a maior parte da burguesia, porque “chega” muito perto de outro monopólio, atualmente muito mais importante e “sensível”: o monopólio dos meios de produção em geral. (Essa teoria do lucro médio sobre o capital e da renda absoluta da terra foi exposta por Marx em linguagem extraordinariamente popular, concisa e clara em carta a Engels de 2 de agosto de 1862. Ver *Correspondência*, v. 3, p. 77-81<sup>42</sup>. Ver também sua carta de 9 de agosto de 1862, *ibidem*, p. 86-7)<sup>43</sup>. Na história da renda

<sup>42</sup> Referência a *Der Briefwechsel zwischen F. Engels und K. Marx* [A correspondência entre Friedrich Engels e Karl Marx], compilação de centenas de correspondências trocadas entre Marx e Engels no período de setembro de 1844 a janeiro de 1883; ver August Bebel e Eduard Bernstein (orgs.), *Der Briefwechsel zwischen F. Engels und K. Marx*, 4 v. (Stuttgart, Dietz, 1913). A carta se encontra também em MEW, v. 30, p. 263-8. (N. E.)

<sup>43</sup> Carta de Karl Marx a Friedrich Engels de 9 de agosto de 1862, em MEW, v. 30, p. 274-5. (N. E.)

da terra, é importante assinalar, ainda, a análise em que Marx demonstra como a renda em trabalho (quando o camponês, trabalhando na terra do senhor, cria um mais-produto) é transformada em renda em produtos ou em espécie (quando o camponês cria em sua própria terra um mais-produto que entrega ao proprietário em virtude de uma “coerção extraeconômica”), depois em renda em dinheiro (que é a renda em espécie transformada em dinheiro – na Rússia antiga, o *obrok* – em virtude do desenvolvimento da produção de mercadorias) e, finalmente, em renda capitalista, quando o camponês é substituído pelo empresário agrícola, que cultiva a terra com ajuda do trabalho assalariado. Ligada a essa análise da “gênese da renda fundiária capitalista”, deve-se notar uma série de ideias profundas de Marx (particularmente importantes para países atrasados como a Rússia) sobre a *evolução do capitalismo na agricultura*.

[...] a transformação da renda em produtos em renda em dinheiro é não só obrigatoriamente acompanhada, como inclusive precedida pela formação de uma classe de jornaleiros despossuídos que se alugam por dinheiro. Durante o período de surgimento dessa nova classe, em que ela só aparece de maneira esporádica, desenvolveu-se, entre os camponeses em melhor situação e sujeitos ao pagamento de rendas, o hábito de explorar por conta própria os jornaleiros rurais, do mesmo modo como já na época feudal os servos camponeses em melhor situação possuíam, por sua vez, servos. Assim se desenvolve, pouco a pouco, entre eles a possibilidade de acumular certo patrimônio e se transformar em futuros capitalistas. Entre os próprios antigos possuidores da terra, que a cultivavam de maneira autônoma, surge assim uma incubadora de arrendatários capitalistas, cujo desenvolvimento está condicionado pelo desenvolvimento geral da produção capitalista fora do campo. (*O capital*, Livro III, p. 332)<sup>44</sup>

A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural não só liberta trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno. (*O capital*, Livro I, p. 778)<sup>45</sup>

A pauperização e a ruína da população rural, por sua vez, têm papel na formação do exército de reserva de trabalho para o capital. Em qualquer país capitalista,

parte da população rural se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro [(ou seja, não agrícola)...]. Essa fonte de superpopulação relativa flui, portanto, continuamente [...]. O trabalhador rural é,

<sup>44</sup> Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro III: *O processo global da produção capitalista* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2017), p. 859. (N. E.)

<sup>45</sup> Idem, *O capital*, Livro I, cit., p. 818. (N. E.)

por isso, reduzido ao salário mínimo e está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo. (*O capital*, Livro I, p. 668)<sup>46</sup>

Por parte do camponês, a propriedade privada da terra cultivada por ele mesmo é a base da pequena produção e a condição de sua prosperidade e de seu desenvolvimento na forma clássica. Mas essa pequena produção só é compatível com um quadro estreito, primitivo, da produção e da sociedade. Sob o capitalismo,

sua exploração [dos camponeses] se distingue da exploração do proletariado industrial apenas pela forma. O explorador é o mesmo: o capital. Os capitalistas individuais exploram os camponeses individuais por meio da hipoteca e da usura; a classe capitalista explora a classe camponesa por meio do imposto estatal. (*As lutas de classes na França*)<sup>47</sup>

A parcela do camponês se reduz a um pretexto que permite ao capitalista extrair lucro, juros e renda do campo e deixar o próprio agricultor se arranjar como puder para obter o salário do seu próprio salário. (*O 18 de brumário*)<sup>48</sup>

Normalmente o camponês entrega à sociedade capitalista, ou seja, à classe dos capitalistas, parte de seu próprio salário e desce, assim, “ao nível do arrendatário irlandês – e tudo isso sob o pretexto de ser proprietário privado” (*As lutas de classes na França*)<sup>49</sup>. Em que reside “uma das razões que fazem com que o preço dos cereais nos países em que predomina a propriedade parcelária seja mais baixo que em nações de modo de produção capitalista”? (*O capital*, Livro III, p. 340)<sup>50</sup> Reside no fato de que o camponês entrega gratuitamente à sociedade (ou seja, à classe dos capitalistas) parte do mais-produto. “Esse preço inferior” (do trigo e dos outros produtos agrícolas) “é, logo, um resultado da pobreza dos produtores, e não da produtividade de seu trabalho” (*O capital*, Livro III, p. 340). A pequena propriedade agrícola, forma normal da pequena produção, degrada-se, extingue-se, perece sob o capitalismo.

Por sua natureza, a propriedade parcelária exclui o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, as formas sociais do trabalho, a concentração social dos capitais, a pecuária em larga escala e o emprego avançado da ciência.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 717-8. (N. E.)

<sup>47</sup> Idem, *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, cit., p. 132. Lênin suprime os destaques dados originalmente por Marx. (N. E.)

<sup>48</sup> Idem, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (trad. Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2011), p. 146. (N. E.)

<sup>49</sup> Idem, *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, cit., p. 131. Lênin suprime os destaques dados originalmente por Marx. (N. E.)

<sup>50</sup> Idem, *O capital*, Livro III, cit., p. 866. (N. E.)

A usura e o sistema de impostos provocarão necessariamente sua ruína por toda parte. O dispêndio do capital no preço da terra subtrai esse capital ao cultivo. A fragmentação infinita dos meios de produção e o isolamento dos próprios produtores.<sup>51</sup>

(As cooperativas, ou seja, as associações de pequenos camponeses, que desempenham um papel burguês extraordinariamente progressista, apenas atenuam essa tendência, sem a extinguir; é preciso ainda não esquecer que essas cooperativas dão muito aos camponeses abastados e muito pouco, ou quase nada, à massa dos que são pobres; além do mais, tais associações tornam-se elas próprias exploradoras do trabalho assalariado.) “O monstruoso desperdício das forças humanas. A piora progressiva das condições de produção e o encarecimento dos meios de produção constituem uma lei necessária da propriedade parcelária.”<sup>52</sup> O capitalismo, tanto na agricultura quanto na indústria, transforma o processo de produção ao preço do “martirólogo dos produtores”.

A dispersão dos trabalhadores rurais por áreas cada vez maiores alquebra sua capacidade de resistência tanto quanto a concentração em grandes centros industriais aumenta a dos trabalhadores urbanos. Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. E todo o progresso da agricultura capitalista é um progresso da arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo [...]. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o operário. (*O capital*, Livro I, fim do 13º capítulo)<sup>53</sup>

## O socialismo

Como visto, Marx apresenta a inevitável transformação da sociedade capitalista em socialista única e exclusivamente a partir da lei econômica do movimento da sociedade moderna. A socialização do trabalho – que avança, de mil formas, cada vez mais rapidamente e que se manifesta, decorrido meio século da morte de Marx, sobretudo no visível crescimento da grande indústria, dos cartéis, dos sindicatos patronais, dos trustes de capitalistas e, da mesma maneira, no aumento imenso das proporções e do poderio do capital financeiro – é a principal base material para o inevitável advento do socialismo. O motor intelectual e moral, o

<sup>51</sup> Ibidem, p. 867. (N. E.)

<sup>52</sup> Ibidem, p. 867-8. (N. E.)

<sup>53</sup> Idem, *O capital*, Livro I, cit., p. 573. (N. E.)

agente físico dessa transformação, é o proletariado que vai sendo formado pelo próprio capitalismo. Sua luta contra a burguesia, revestindo-se de formas diversas e de conteúdo cada vez mais rico, torna-se inevitavelmente uma luta política orientada para a conquista do poder político pelo proletariado (“ditadura do proletariado”). A socialização da produção não pode conduzir senão à transição dos meios de produção em propriedade social, à “expropriação dos expropriadores”. O enorme aumento da produtividade do trabalho, a redução da jornada de trabalho e a substituição dos vestígios, das ruínas, da pequena produção primitiva e disseminada pelo trabalho coletivo aperfeiçoado são as consequências diretas dessa transição. O capitalismo rompe definitivamente a ligação da agricultura com a indústria e, em paralelo, em virtude de seu desenvolvimento superior, prepara os novos elementos dessa conexão, a união de indústria e agricultura baseada na aplicação consciente da ciência, em uma coordenação do trabalho coletivo, em uma nova distribuição da população (com a extinção tanto do abandono e do atraso rurais e de sua desarmonia com o mundo quanto da aglomeração antinatural de gigantescas massas nas grandes cidades). Uma nova forma de família e novas condições no que diz respeito à posição da mulher e à educação das novas gerações são preparadas pelas formas superiores do capitalismo contemporâneo: o trabalho de mulheres e crianças e a dissolução da família patriarcal pelo capitalismo tomam inevitavelmente, na sociedade moderna, as formas mais terríveis, mais miseráveis e hediondas. Contudo,

a grande indústria, ao conferir às mulheres, aos adolescentes e às crianças de ambos os sexos um papel decisivo nos processos socialmente organizados da produção e situados fora da esfera doméstica, cria o novo fundamento econômico para uma forma superior da família e das relações entre os sexos. Naturalmente, é tão absurdo aceitar como absoluta a forma cristã-germânica da família quanto seria considerar como tal a forma da família romana, ou a grega antiga, ou a oriental, todas as quais, aliás, numa progressão histórica de desenvolvimento. Também é evidente que a composição do pessoal operário por indivíduos de ambos os sexos e das mais diversas faixas etárias, que em sua forma capitalista, natural-espontânea e brutal – em que o trabalhador existe para o processo de produção, e não o processo de produção para o trabalhador – é uma fonte pestífera de degeneração e escravidão, pode se converter, sob as condições adequadas, em fonte de desenvolvimento humano. (*O capital*, fim do 13º capítulo)<sup>54</sup>

<sup>54</sup> Ibidem, p. 560. (N. E.)

### O sistema fabril nos mostra

o germe da educação do futuro, que há de conjugar, para todas as crianças a partir de certa idade, o trabalho produtivo com o ensino e a ginástica não só como método de incrementar a produção social, mas também como único método para a produção de seres humanos desenvolvidos em suas múltiplas dimensões. (Idem)<sup>55</sup>

É sobre a mesma base histórica que o socialismo de Marx coloca os problemas da nacionalidade e do Estado não só para explicar o passado, mas também para prever ousadamente o futuro e conduzir uma ação audaciosa para sua realização. As nações são um produto e uma forma inevitável da época burguesa do desenvolvimento social. O proletariado não pode se fortalecer, amadurecer, se formar, sem “tornar-se ele próprio nação”, sem ser “nacional” (“mas de modo nenhum no sentido burguês da palavra”)<sup>56</sup>. Ora, o desenvolvimento do capitalismo destrói cada vez mais as fronteiras nacionais, extingue o isolamento nacional, substitui os antagonismos nacionais por antagonismos de classe. Nos países capitalistas desenvolvidos, é completamente verdadeiro, portanto, que “os operários não têm pátria” e que sua “unidade de ação”, ao menos nos países civilizados, “é uma das primeiras condições para sua emancipação” (*Manifesto Comunista*)<sup>57</sup>. O Estado, essa violência organizada, surgiu como algo inevitável em certo estágio do desenvolvimento da sociedade, quando a sociedade se dividiu em classes irreconciliáveis, quando não teria podido existir sem um “poder”, aparentemente colocado acima dela e diferenciado dela até determinado estágio. Originado dos antagonismos de classe, o Estado se torna

o Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que se torna também, por intermédio dele, a classe politicamente dominante e assim adquire novos meios para subjugar e espoliar a classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi sobretudo o Estado dos donos de escravos para manter os escravos sob controle, como o Estado feudal foi o órgão da nobreza para manter sob controle os camponeses servis e o Estado representativo moderno é o instrumento de espoliação do trabalho assalariado pelo capital. ([Friedrich] Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, obra em que o autor expõe suas ideias e as de Marx)<sup>58</sup>

<sup>55</sup> Ibidem, p. 554. (N. E.)

<sup>56</sup> Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto Comunista*, cit., p. 56. (N. E.)

<sup>57</sup> Idem. (N. E.)

<sup>58</sup> Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (trad. Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2019), p. 158. (N. E.)

Nem mesmo a forma mais livre e progressista do Estado burguês, a república democrática, elimina esse fato; ela apenas modifica sua forma (a conexão do governo com a bolsa de valores, a corrupção – direta e indireta – dos funcionários e da imprensa etc.). O socialismo, ao conduzir à extinção das classes, conduz por isso mesmo à extinção do Estado. Escreve Engels em *Anti-Dühring*:

O primeiro ato, no qual o Estado realmente atua como representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, seu último ato {autônomo} como Estado. {De esfera em esfera, a intervenção do poder estatal nas relações sociais vai se tornando supérflua e acaba por desativar-se.} O governo sobre pessoas é substituído pela administração de coisas e pela condução de processos de produção. [...] {O Estado não é “abolido”, *mas definha e morre.*}<sup>59</sup>

A sociedade que organizará a produção de uma forma nova, com base na associação livre e igualitária dos produtores, mandará a máquina estatal para o lugar que lhe é devido: o museu das antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze. (F. Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*)<sup>60</sup>

Finalmente, sobre o problema da posição do socialismo de Marx no que se refere ao pequeno camponês, que subsistirá na época da expropriação dos expropriadores, interessa citar esta passagem de Engels, a qual exprime o pensamento de Marx:

Quando detivermos o poder de Estado, não poderemos pensar em expropriar pela violência os pequenos camponeses (tanto faz se com ou sem indenização), como seremos obrigados a fazer com os grandes proprietários. Nossa missão para com os camponeses consistirá antes de mais nada em encaminhar sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo não por meio da força, mas pelo exemplo, oferecendo-lhes para esse efeito a ajuda da sociedade. Teremos então certamente meios de sobra para apresentar ao pequeno camponês a perspectiva das vantagens que já hoje lhe têm de ser demonstradas. (F. Engels, *A questão camponesa na França e na Alemanha*, ed. Aleksiéiev, p. 17. A tradução russa contém erros. Ver o original em *Novos Tempos*.)<sup>61</sup>

<sup>59</sup> Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, cit., p. 316. Os trechos entre chaves são acréscimos do autor à terceira edição, de 1894. A supressão da frase, ao fim da citação, não havia sido indicada por Lênin. (N. E.)

<sup>60</sup> Idem, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, cit., p. 160. (N. E.)

<sup>61</sup> Publicado originalmente como “Die Bauernfrage in Frankreich und Deutschland”, *Die Neue Zeit*, v. 10, ano 13, n. 1, 1894-1895 [ed. port.: Friedrich Engels, “A questão camponesa na França e na Alemanha”, em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas em três tomos*, v. 3, cit., p. 62-70]. (N. E.)



## A tática da luta de classe do proletariado

Ao descortinar, ainda em 1844-1845, uma das principais falhas do antigo materialismo, que consistia em não compreender as condições nem apreciar o significado da ação revolucionária prática, Marx, no decurso de sua vida, em paralelo aos trabalhos teóricos, prestou atenção contínua às questões da tática da luta de classe do proletariado. *Todas* as obras de Marx oferecem a esse respeito enorme material, particularmente sua correspondência com Engels, publicada em quatro volumes em 1913<sup>62</sup>. Esse material ainda está longe de ser reunido, classificado, estudado e analisado por completo. Por isso teremos de nos limitar aqui às observações mais gerais e mais breves, destacando que, sem *esse* aspecto do materialismo, Marx acertadamente o considerava incompleto, unilateral e sem vida. Marx determinou a tarefa essencial da tática do proletariado em sua rigorosa conformidade com todas as premissas de sua concepção de mundo materialista dialética. Só o conhecimento objetivo do conjunto das relações de todas as classes de dada sociedade, sem exceção, e, por conseguinte, o conhecimento do grau objetivo de desenvolvimento dessa sociedade e das relações entre ela e as outras sociedades podem servir de base a uma tática justa da classe de vanguarda. Além disso, todas as classes e todos os países são considerados não em seu aspecto estático, mas no dinâmico, ou seja, não no estado de imobilidade, mas em movimento (cujas leis derivam das condições econômicas de existência de cada classe). O movimento é, por sua vez, considerado não só do ponto de vista do passado, mas também do ponto de vista do futuro, e não segundo a concepção vulgar dos “evolucionistas”, que só veem lentas transformações, mas de forma dialética. “Nos grandes processos históricos, vinte anos equivalem a um dia”, escrevia Marx a Engels, “ainda que em seguida possam apresentar-se dias que concentram em si vinte anos” (*Correspondência*, v. III, p. 127)<sup>63</sup>. Em cada estágio de desenvolvimento, em cada momento, a tática do proletariado deve ter em conta objetivamente essa dialética inevitável da história da humanidade, por um lado, utilizando para o desenvolvimento da consciência, da força e da capacidade de luta da classe de vanguarda as épocas de estagnação política ou de ritmo de tartaruga, ou do chamado desenvolvimento “pacífico”; por outro lado, dirigindo todo o trabalho dessa utilização no sentido do “objetivo final” do movimento da classe em questão e criando nela a capacidade de

<sup>62</sup> August Bebel e Eduard Bernstein (orgs.), *Der Briefwechsel zwischen F. Engels und K. Marx*, cit. (N. E.)

<sup>63</sup> Ver carta de Karl Marx a Friedrich Engels de 9 de abril de 1863, em MEW, v. 30, p. 342. (N. E.)

resolução prática das grandes tarefas nos grandes dias, os “que concentram em si vinte anos”. Duas considerações de Marx interessam particularmente a esse respeito. Uma, em *Miséria da filosofia*, refere-se à luta econômica e às organizações econômicas do proletariado; a outra, no *Manifesto Comunista*, refere-se às tarefas políticas do proletariado. A primeira diz:

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, o interesse comum que elas têm contra o patrão, reúne-os no mesmo pensamento de resistência – *coalizão*. [...] As coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, diante do capital sempre reunido, a manutenção da associação se torna mais importante para elas que a manutenção do salário [...]. Nessa luta – verdadeira guerra civil – reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários de uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político.<sup>64</sup>

Estão aqui diante de nós o programa e a tática da luta econômica do movimento sindical para algumas décadas, para todo o longo período de preparação das forças do proletariado para a “batalha futura”. Deve-se comparar isso aos numerosos exemplos extraídos da correspondência de Marx e Engels e que esses colheram do movimento operário inglês, mostrando como a “prosperidade” industrial suscita tentativas de “comprar o proletariado” (*Correspondência com Engels*, v. I, p. 136)<sup>65</sup>, de desviá-lo da luta; como esta prosperidade geralmente “desmoraliza os operários” (II, p. 218)<sup>66</sup>; como o proletariado inglês “se aburguesa” – “a nação mais burguesa de todas” (a inglesa) “parece desejar ter, ao lado da burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês” (II, p. 290) como “a energia revolucionária” desaparece nele (III, p. 124)<sup>67</sup>; como será preciso esperar mais ou menos tempo até que os operários ingleses “se desembarquem de sua aparente contaminação burguesa” (III, p. 127)<sup>68</sup>; como falta “o ardor dos cartistas” ao movimento operário inglês (1866; III, p. 305)<sup>69</sup>; como os dirigentes operários ingleses se tornam um intermédio “entre a burguesia radical e o operariado” (alu-

<sup>64</sup> Karl Marx, *Miséria da filosofia* (trad. José Paulo Netto, São Paulo, Boitempo, 2017), p. 146. (N. E.)

<sup>65</sup> Carta de Friedrich Engels a Karl Marx de 5 de fevereiro de 1851, em MEW, v. 27, p. 180. (N. E.)

<sup>66</sup> Carta de Friedrich Engels a Karl Marx de 17 de dezembro de 1857, em MEW, v. 29, p. 231-2. (N. E.)

<sup>67</sup> Cartas de Friedrich Engels a Karl Marx de 8 de abril de 1863, em MEW, v. 30, p. 337-9; e de 7 de outubro de 1858, em MEW, v. 29, p. 357-8. (N. E.)

<sup>68</sup> Carta de Karl Marx a Friedrich Engels de 9 de abril de 1863, em MEW, v. 30, p. 340-3. (N. E.)

<sup>69</sup> Carta de Karl Marx a Friedrich Engels de 2 de abril de 1866, em MEW, v. 31, p. 197-9. (N. E.)

são a Holyoake, IV, p. 209)<sup>70</sup>; como, em virtude do monopólio da Inglaterra e enquanto esse monopólio subsistir, “não haverá nada a fazer com o operário inglês” (IV, p. 433)<sup>71</sup>. A tática da luta econômica em relação com a marcha geral (*e com o resultado*) do movimento operário é aí examinada de um ponto de vista notavelmente amplo, universal, dialético e revolucionário.

O *Manifesto Comunista* estabelece o seguinte princípio do marxismo como postulado da tática da luta política: “Os comunistas lutam pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento”<sup>72</sup>. Em nome disso, Marx apoiou em 1848, na Polônia, o partido da “revolução agrária”, “o partido que desencadeou a insurreição de Cracóvia de 1846”<sup>73</sup>. Em 1848-1849, Marx apoiou na Alemanha a democracia revolucionária extrema e nunca voltou atrás no que havia dito sobre tática. Considerava a burguesia alemã um elemento “inclinado desde o início a trair o povo” (só a aliança com os camponeses teria permitido à burguesia atingir inteiramente seus fins) e “a firmar compromissos com os representantes coroados da velha sociedade”. Eis a análise final dada por ele a respeito da posição de classe da burguesia alemã na época da revolução democrática burguesa, análise que é um modelo do materialismo que encara a sociedade em movimento e, certamente, não considera apenas o lado do movimento que olha *para trás*:

[...] sem fé em si, sem fé no povo, resmungando contra os de cima, tremendo diante dos de baixo; [...] aterrorizada diante da tempestade mundial; nunca com energia e sempre com plágio; [...] sem iniciativa; [...] um velho maldito, condenado, em seu próprio interesse senil, a dirigir os primeiros impulsos de um povo jovem e robusto. (*Nova Gazeta Renana*, 1848, ver *Literarischer Nachlass*, III, p. 212)<sup>74</sup>

Uns vinte anos mais tarde, em carta a Engels (III, p. 224), Marx escrevia que a razão do fracasso da revolução de 1848 foi a burguesia ter preferido a paz na escravidão à simples perspectiva de lutar pela liberdade. Terminada a época

<sup>70</sup> Carta de Friedrich Engels a Karl Marx de 19 de novembro de 1869, em MEW, v. 32, p. 395-400. George Jacob Holyoake (1817-1906) foi um líder cooperativista inglês e defensor do secularismo. (N. E.)

<sup>71</sup> Carta de Friedrich Engels a Karl Marx de 11 de agosto de 1881, em MEW, v. 35, p. 19-20. (N. E.)

<sup>72</sup> Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto Comunista*, cit., p. 68. (N. E.)

<sup>73</sup> Insurreição que buscou instalar uma república democrática na Polônia, a qual desde 1815 encontrava-se fragmentada sob o controle da Áustria, da Prússia e da Rússia. O movimento foi derrotado em março de 1846. (N. E.)

<sup>74</sup> Karl Marx, “A burguesia e a contrarrevolução”, em Lúvia Cotrim (org.), *Nova Gazeta Renana: artigos de Karl Marx* (São Paulo, Educ, 2010), p. 318-42. (N. E.)

revolucionária de 1848-1849, Marx se pôs contra brincar de fazer a revolução (luta contra Schapper e Willich)<sup>75</sup>, exigindo que se soubesse trabalhar na época que preparava, sob uma “paz” aparente, novas revoluções. A seguinte apreciação de Marx sobre a situação na Alemanha nos tempos da mais escura reação, em 1856, mostra em que sentido pedia que esse trabalho fosse orientado: “Na Alemanha tudo dependerá da possibilidade de apoiar a revolução proletária com uma espécie de segunda edição da guerra camponesa” (*Correspondência*, II, [p.] 108)<sup>76</sup>. Enquanto a revolução democrática (burguesa) na Alemanha não havia se completado, Marx dispensou toda a atenção à tática do proletariado socialista, ao desenvolvimento da energia democrática dos camponeses. Pensava que a atitude de Lassalle era “objetivamente uma traição para com o movimento operário, em benefício da Prússia” (III, p. 210); entre outras razões, porque Lassalle se mostrava complacente demais para com os latifundiários e para com o nacionalismo prussiano. “Num país agrário, é uma baixeza”, escrevia Engels, em 1865, em uma troca de ideias com Marx por ocasião de uma projetada declaração comum para a imprensa, “atacar, em nome do proletariado industrial, unicamente a burguesia, esquecendo-se da patriarcal ‘exploração à paulada’ a que os operários rurais se veem submetidos pela nobreza feudal” (III, p. 217)<sup>77</sup>. No período de 1864 a 1870, quando chegava ao fim a época da revolução democrática burguesa na Alemanha, quando as classes exploradoras da Prússia e da Áustria disputavam quais seriam os meios para terminar essa revolução *desde cima*, Marx não apenas reprovou Lassalle por seus flertes com Bismarck como corrigiu Liebknecht, que havia caído na “austrofilia” e defendia o particularismo; Marx exigia uma tática revolucionária que combatesse implacavelmente tanto Bismarck quanto os austrófilos, tática que não se acomodasse ao “vencedor”, o *junker* prussiano, mas recomeçasse de imediato a luta revolucionária contra ele *também no terreno* criado pelas vitórias militares da Prússia (*Correspondência com Engels*, III, p. 134, 136, 147, 179, 204, 210, 215, 418, 437 e 440-1)<sup>78</sup>. No célebre chamado à Internacional de

<sup>75</sup> Ver, neste volume, p. 91, nota 8. (N. E.)

<sup>76</sup> Carta de Karl Marx a Friedrich Engels de 16 de abril de 1856, em MEW, v. 29, p. 44-8. (N. E.)

<sup>77</sup> Cartas de Friedrich Engels a Karl Marx de 27 de janeiro de 1865, em MEW, v. 31, p. 45-6; e de 5 de fevereiro de 1865, MEW, v. 31, p. 55-7. (N. E.)

<sup>78</sup> Ver, respectivamente, as cartas de Friedrich Engels a Karl Marx de 11 de junho de 1863, em MEW, v. 30, p. 353-5, e de 24 de novembro de 1863, em MEW, v. 30, p. 374-5; a carta de Karl Marx a Friedrich Engels de 31 de agosto de 1864, MEW, v. 30, p. 423-4; a carta de Engels a Marx de 4 de setembro de 1864, em MEW, v. 30, p. 429-31; a carta de Marx a Engels de 10 de dezembro de 1864, em MEW, v. 31, p. 37; a carta de Engels a Marx de 27 de janeiro de 1865, cit.; a carta de Marx a Engels de 10 de fevereiro de 1865, MEW, v. 31, p. 64-6; as cartas de Engels a Marx de 22 de outubro

9 de setembro de 1870, Marx preveniu o proletariado francês contra uma insurreição prematura, mas quando mesmo assim ela eclodiu (1871), Marx saudou com entusiasmo a iniciativa revolucionária da tomada de assalto “[d]esses obstinados” das massas (carta de Marx a Kugelmann)<sup>79</sup>. A derrota da ação revolucionária nessa situação, como em muitas outras, era, do ponto de vista do materialismo dialético em que se situava, um mal menor na marcha geral *e no resultado* da luta proletária do que teria sido o abandono das posições já conquistadas, a capitulação sem combate: tal capitulação teria desmoralizado o proletariado e minado sua capacidade de luta. Apreciando em todo seu justo valor o emprego dos meios legais de luta em período de estagnação política e de domínio da legalidade burguesa, Marx condenou vigorosamente, em 1877 e 1878, depois da promulgação da lei de exceção contra os socialistas<sup>80</sup>, a “frase revolucionária” de Most; mas combateu com não menos energia, senão com mais, o oportunismo que então tinha se apoderado temporariamente do partido social-democrata oficial, que não tinha sabido dar imediatas provas de firmeza, de tenacidade, de espírito revolucionário e de prontidão a passar à luta na ilegalidade, em resposta à lei de exceção (*Cartas de Marx a Engels*, v. IV, p. 397, 404, 418, 422 e 424; ver igualmente as cartas de Marx a Sorge)<sup>81</sup>.

---

de 1867, em MEW, v. 31, p. 371-2, e de 6 de dezembro de 1867, em MEW, v. 31, p. 402; e a carta de Marx a Engels de 17 de dezembro de 1867, em MEW, v. 31, p. 412. (N. E.)

<sup>79</sup> Carta de Karl Marx a Ludwig Kugelmann de 12 de abril de 1871, em Karl Marx, *A guerra civil na França* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2011), p. 208. (N. E.)

<sup>80</sup> A esse respeito, ver, neste volume, p. 166, nota 6. (N. E.)

<sup>81</sup> Ver, respectivamente, as cartas de Karl Marx a Friedrich Engels de 23 de julho de 1877, em MEW, v. 34, p. 52-5; de 1º de agosto de 1877, em MEW, v. 34, p. 65-7; cartas de Friedrich Engels a Karl Marx de 20 de agosto de 1879, em MEW, v. 34, p. 92-3; e de 9 de setembro de 1879, em MEW, v. 34, p. 104; e carta de Karl Marx a Friedrich Engels de 10 de setembro de 1879, em MEW, v. 34, p. 107. (N. E.)